

O INSTITUTO NACIONAL DO PINHO E A INDÚSTRIA MADEIREIRA NO OESTE CATARINENSE

*The National Institute of Pine and the timber industry
in the west of Santa Catarina*

*José Carlos Radin¹
Ademir Miguel Salini²*

Recebido em: 15 dez. 2015

Aceito em: 05 fev. 2016

RESUMO

Analisa as razões da criação, a reorganização e ações do Instituto Nacional do Pinho (INP), em 1941, e sua atuação no Oeste catarinense até 1967, contextualizando-as historicamente. Ampara-se na análise dos Decretos-lei de criação e regulamentação, no acervo de jornais da época, em documentos relacionados às empresas madeireiras e em referenciais bibliográficos. O extrativismo da madeireira constituiu significativa atividade econômica em torno da qual parte da sociedade regional se organizou. A colonização, também marcada pela política de Vargas (1930-1945), que intentava ocupar ‘os sertões’ brasileiros, efetivou a conquista de grandes áreas na região.

Palavras-chave: Instituto Nacional do Pinho. Atividade madeireira. Oeste catarinense.

ABSTRACT

Analyzes the reasons for the creation, reorganization and actions of Pine of the National Institute - INP in 1941 and its operations in the West of Santa Catarina until 1967, contextualizing them historically. Uphold the analysis of the Decree-Law of creation and regulation based

-
- 1 Doutor em História pela UFSC, Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó-SC. E-mail: radin@uffs.edu.br.
 - 2 Especialista em História Regional pela UFFS. Atua no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM/UNOCHAPECÓ. E-mail: adesalini@unochapeco.edu.br.

on collection of newspapers of the time, documents related to timber companies and bibliographic references. Timber extraction was a significant economic activity around which part of the regional society is organized. Colonization also marked by Vargas policy (1930-1945), that intended to occupy the Brazilian “hinterland”, led to the conquest of large areas in the region.

Keywords: National Institute of Pine. Timber industry. West of Santa Catarina.

A TÍTULO DE INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A atividade madeireira no Oeste catarinense, na primeira metade do século XX, constituiu-se num ciclo econômico do qual boa parte da sociedade regional tinha relação direta ou indireta. O avanço do processo de colonização acentuou a derrubada da mata nativa, prática vista como necessária para o cultivo do solo, fato que também contribuiu para a expansão da atividade madeireira na região. Espécies de madeiras nobres como a araucária, cedro, angico, canjerana, entre outras, foram gradativamente sendo retiradas em grande quantidade, vindo a formar as balsas que seguiam pelo rio Uruguai até a Argentina e o Uruguai, onde eram comercializadas.

Destaque-se, no entanto, que no meio-oeste catarinense a exploração madeireira foi bastante intensa após a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande no início da segunda década do século XX. Nas proximidades da ferrovia e ao longo do seu trajeto, inúmeras serrarias foram instaladas com a finalidade extrativista, sendo a atividade amplamente favorecida pela facilidade de exportação através da ferrovia. Por conseguinte, naquele período, foram instalados grandes e modernos complexos madeireiros, que processavam vultosa quantidade de madeira.³

No território incorporado ao estado catarinense por força do Acordo de Limites com o Paraná, em 1916, o extrativismo madeireiro foi intenso, ao menos até meados do século XX, expandindo-se paralelo ao avanço da colonização. Para Werlang (2006), os empresários procuravam

3 Sobre esse assunto ver VALENTINI, 2009.

acordos com o governo, também com o intuito de realizar esse comércio. O autor cita o caso de José Rupp, influente figura da política catarinense, o qual passou a assinar vários contratos com o Estado, com o objetivo principal de garantir a apropriação do máximo de terras para fins de efetuar a exploração da madeira e posterior comercialização dos lotes. Referindo-se à atividade nos primeiros tempos da colonização, Werlang salienta ainda: “o que inicialmente era uma atividade de sobrevivência passou a ser um negócio rentável para os grandes madeireiros e para as colonizadoras. Após a retirada da madeira, as colonizadoras revendiam as terras para os colonos” (WERLANG, 2006, p. 25-26).

A atuação de tais empresas e sua relação com a colonização é evidenciada no encarte ‘Odisseia dos Balseiros’, publicado pelo jornal Correio Riograndense, no qual se afirma:

Na região oeste catarinense mais de uma centena de firmas madeireiras se instalaram nesse período. Foi fundada em Chapecó a Sociedade Madeireira Xapecoense, com a finalidade de amparar a classe dos madeireiros que exportavam para a Argentina, via Rio Uruguai, melhorar a produção e montar um único escritório de venda aos consumidores. Na reunião de fundação da sociedade compareceram diversos proprietários de engenho de serra, com amplo predomínio de sobrenomes italianos: Sutili, Pan, Grando, Sartori, Dala Rosa, Moro, Rotava, Maggioni, Loss, Lazzari, Ferronato, Oro, Bosquioli, Travi e Sordi (CORREIO, 8/11/1995, p. 11).

Em relação às empresas colonizadoras que atuaram na região, no período que vai da definição interestadual de limites até meados do século XX, observa-se que fizeram ampla campanha publicitária para a venda das terras, especialmente nos jornais. Entre outros aspectos, a publicidade evidenciava a grande quantidade de madeira e a riqueza que ela representava. Cita-se como exemplo o teor dos anúncios de venda de terras, na fronteira agrícola do Oeste catarinense, publicados no Jornal Staffetta Riograndense⁴ de Caxias do Sul, região de onde

4 Entre outras propagandas analisadas, destaca-se: Colônia Bom Retiro, núcleo Nova Vicenza 31/05/17; Colônia Petry, Rio Bonito, 14/02/23; Colônia Irany de Ângelo De Carli, Irmão & Cia, Irani e Ponte Serrada, 13/04/1927; *Colonizzazione Cattolica* Chapecó Peperly Limitada, 25/12/29 e Colônia Benito Mussolini de Formigheri & Cia. e José Petry, Perdizes, 19/12/43.

partiam muitos migrantes. Com linguagem bastante persuasiva, além das propagandas destacarem a existência de comércio, de estradas, de grande quantidade de lotes à venda, as facilidades para adquiri-los, o clima favorável, entre outros, evidenciava a existência de muita madeira, bem como a possibilidade de explorá-la comercialmente. Também aparecem referências de que se vendiam terras de “puro mato branco”, com “*água abundante e boa*”, o que facilitaria a instalação de serrarias e moinhos.

No caso de Chapecó, que no período abrangia todo o atual oeste catarinense, desde o início da colonização se observa a comercialização da madeira com os países vizinhos, principalmente com os mercados argentinos, via rio Uruguai. Essa atividade ocorreu praticamente sem nenhuma vigilância governamental até o início dos anos de 1940. O governo Vargas, buscando controlar a comercialização da madeira, em especial nas regiões interioranas, criou um órgão Federal fiscalizador, o Instituto Nacional do Pinho (INP), em 1941, com atuação nos três estados sulinos.

A partir deste cenário, o intuito deste trabalho é o de investigar a atuação do INP no Oeste catarinense, entre os anos de 1941 a 1967. Pretende-se evidenciar a expansão da atividade madeireira, salientando que a mesma ocorre concomitante ao processo de colonização regional. Parte-se da análise do Decreto-Lei de Criação do Instituto Nacional do Pinho, de reportagens de jornais no período de sua existência, bem como de fontes escritas do próprio Instituto, das Madeireiras que atuaram na região, entre outros.⁵

O sentido dado à região oeste catarinense vai para além de um recorte geográfico definido e estanque. É visto como um lugar que se identifica por questões étnicas, culturais, políticas e socioeconômicas peculiares. Como salienta Cérri (1996, p. 713), “a região é uma construção antes de tudo humana e, portanto, submetida a uma determinada historicidade”.

5 Utilizou-se, em especial, documentação do acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), Chapecó-SC. O tema foi inicialmente tratado num trabalho de conclusão de curso, desenvolvido no curso de pós-graduação lato sensu em História Regional, ofertado pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó, nos anos de 2011 e 2012.

O percurso do rio Uruguai divide o oeste de Santa Catarina e o noroeste do Rio Grande do Sul. Este limite fronteiro entre os estados também constitui um espaço cultural, fator de atração e de fixação de populações que, em diferentes momentos, passaram a viver em suas margens. A majestosa mata constituía uma paisagem ímpar de floresta, rio, balsas, índios, caboclos e colonos, predominando na região oeste catarinense. Referindo-se a isso, Othon D’Eça, em relato feito por ocasião da expedição do Governador Konder, em 1929, assim se manifestou:

A “bandeira” iniciou a sua “entrada” no sertão bruto, sob o signo propício. Vamos, é certo, para o desconhecido; de resto estamos todos alegres. [...] Continuo enlevado pela paisagem fluvial que nos ladeia: barrancas altas onde de longe em longe, espiando as balsas lentas [...] surgem telhados escuros, ou algum fio de fumo assinala uma tênue mancha humana naquelas matarias vastas e desertas (D’EÇA, 1992, p. 23-24)

As “matarias vastas e desertas” logo chamaram a atenção de colonizadores e alimentaram o extrativismo da madeira. A possibilidade de uso de balsas, por ocasião das enchentes do rio Uruguai, possibilitou o escoamento da madeira e fomentou o comércio entre os países vizinhos, principalmente com a Argentina. O escoamento da produção madeireira, utilizando a balsa como meio de transporte, está entre as atividades econômicas que ganharam notoriedade, dos anos 1920 a 1960. A madeira depois de cortada e industrializada era levada até as encostas do rio, onde as balsas eram preparadas.

Na medida em que as serrarias eram instaladas, passou-se a comercializar tábuas. Para isto, uma forma específica de balsa era construída, na qual troncos de cedro eram utilizados como base – por apresentarem boa capacidade de boiar na água – coberta com tábuas, geralmente de pinheiro, as quais eram amarradas umas às outras com arame (SALINI; ONGHERO, 2015, p. 106).

O processo de sua montagem consistia em amarrar as madeiras entre si, de forma que permitisse seguir pelo rio em comboio, conduzidas por alguns trabalhadores práticos⁶, com o apoio de remos e, mais tarde,

6 “Práticos” eram trabalhadores contratados temporariamente para desenvolver tarefas ligadas principalmente ao transporte da madeira. Atribuía-se a esses, experiência e responsabilidades no conduzir as balsas via rio Uruguai.

com auxílio de pequenos barcos a motor. Os proprietários deixavam a madeira na barranca do rio até que ocorresse uma cheia, que permitisse conduzi-la ao seu destino. A precariedade ou a falta de outras vias de transporte levava os comerciantes madeireiros a usar o rio, não apenas o Uruguai, mas também seus afluentes, estes para a primeira etapa do processo.⁷

Sobre o significado dessa atividade, evidencia Santo Rossetto:

Essa espécie de mercantilismo fluvial, não obstante seu caráter caiseiro e tupiniquim, centralizou recursos financeiros nas mãos de madeireiros e comerciantes que passaram a desencadear o processo efetivo de produção e comercialização capitalista na região. Esses primeiros passos do extrativismo capitalista regional geraram episódios e figuras socioeconômicas de grande significado histórico, sociológico e cultural (ROSSETTO apud CORREIO, p. 10).

A madeira produzida na região de Chapecó tinha como destino principal os países platinos. Na reportagem a ‘Odisseia dos Balseiros’, destaca-se que os principais centros de recebimento do produto eram Uruguaiana, Itaqui, Barra do Quaraí, Passo de Los Libres, que estavam a mais de 500 km de distância (CORREIO, 1995, p. 10). Entendimento semelhante é destacado no Memorial expedido pela Cooperativa Madeireira no Vale do Uruguai Ltda., ao Sr. Dr. Virgílio Gualberto, Presidente do Instituto Nacional do Pinho, no qual se afirma:

A produção desses estabelecimentos industriais não possui outros mercados, economicamente possíveis, que não sejam os da República Argentina, isto, dada a sua própria situação geográfica e carência de outro meio de transporte que não o próprio rio Uruguai. O Brasil possui uma produção peculiar para a zona peculiar da Argentina e a Argentina tem um setor de sua economia especializada para aproveitar o máximo nossa produção. É antieconômico para os argentinos situados ao longo do rio Uruguai importar madeira brasileira via Atlântico e é antieconômico para o Brasil deixar de fornecer madeira para esses serradeiros via rio Uruguai (MEMORIAL, 1948).

7 Sobre esse assunto ver: BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai**. Dissertação. (História) Florianópolis: UFSC, 1991.

O extrativismo madeireiro e a respectiva comercialização por meio de balsas via rio Uruguai figuraram entre as principais atividades econômicas da região, dos anos 1920 até meados do século. Diversas matérias publicadas pelos jornais evidenciavam seu significado, como se observa em *A Voz de Chapecó* (*apud* CORREIO, p. 11), na qual se afirma: “há como uma renovação na vida econômica da região. Há duas, às vezes três e, raramente, quatro enchentes por ano, e às vezes não há nenhuma, o que constitui uma decepção e proporciona dificuldades financeiras a certa parte da população”.

A atividade madeireira desenvolvia-se livremente até os anos de 1940, sem controle e/ou medidas legais que a regulamentasse, tanto no âmbito da derrubada das florestas naturais, sem a preocupação ou exigência de reflorestamento das áreas, quanto no comércio pelo rio Uruguai. Não havia controle fiscal do produto destinado aos países platinos, como se relata no livro de informações do Departamento Estadual de Estatística do estado de Santa Catarina, em relação ao município de Chapecó. “Até pouco tempo, o pinheiro, fonte de grande riqueza do município, era cortado e, em seu lugar, nada se plantava, sendo assim, dia a dia, arrasados os pinheirais” (BOLETIM IBGE-SC, 1941).

A política fiscal sobre a atividade madeireira foi, de modo geral, inoperante na região, ao menos até que se fizeram sentir as modificações na gestão do país imposta por Getúlio Vargas. O governo adotou inúmeras estratégias, especialmente a partir do Estado Novo (1937-45), pelas quais evidenciava a ambição de manter e se apropriar do controle social, cultural e político. Suas políticas passam a ser os ‘olhos’ do governo para o controle das regiões mais distantes ou interioranas, pouco lembradas em períodos anteriores. Portanto, é sobre uma política institucional do Presidente Getúlio Vargas que se deu a criação do Instituto Nacional do Pinho, em 1941, pelo decreto-lei nº 3124.

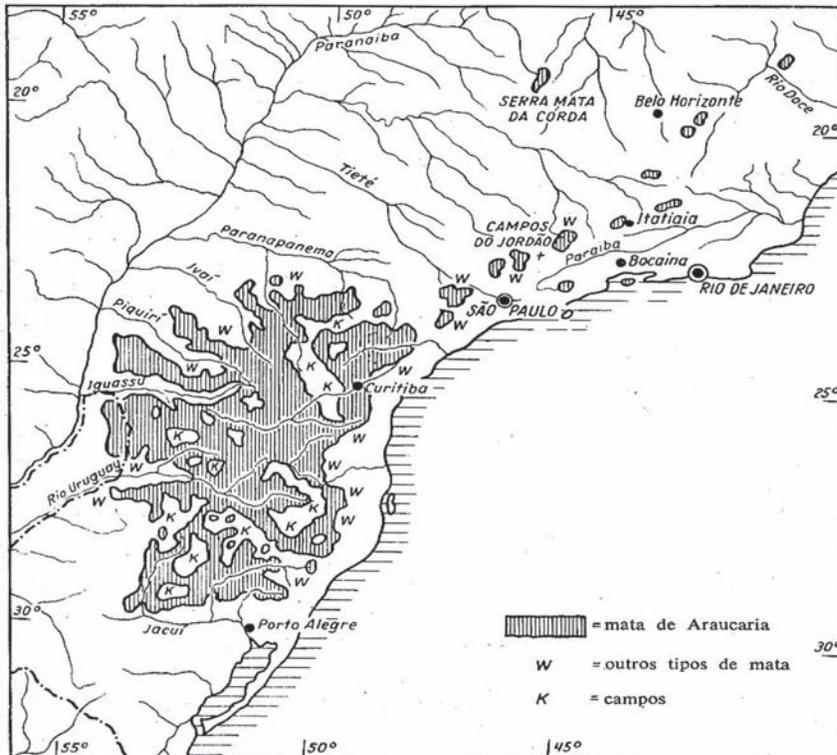
O INSTITUTO NACIONAL DO PINHO (INP)

O Instituto Nacional do Pinho (INP) foi uma entidade criada pelo governo federal em 1941, vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, objetivando disciplinar as atividades ligadas

à indústria extrativista do pinho. Atuou fundamentalmente nos três estados sulinos até o final dos anos 1960.

A região sul do Brasil abrigava em parte significativa de suas terras, as majestosas florestas de araucárias e o pinheiro, como ilustra o mapa da Figura 1.

Figura 1



Fonte: Localização da Mata de Araucária no Sul do Brasil e Argentina. Adaptado de HUECK, Kurt, 1972, p. 123.

No contexto de avanço da colonização em novas fronteiras agrícolas da região, o pinheiro era considerado produto de alta qualidade pelo extrativismo madeireiro. Esta indústria foi expressiva e se expandiu em paralelo ao avanço da colonização, promovendo significativa intervenção no ambiente. O Instituto Nacional do Pinho

surgiu também em decorrência disso. Na sua criação, pelo Decreto Lei nº 3.124, previa-se que seriam “representados no Instituto, os Governos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”, englobando a região de maior concentração do pinheiro. Com essa iniciativa, a princípio, o governo pretendia que a atividade ficasse sob os olhares do órgão fiscalizador central, buscando um maior controle.

Apesar de o governo buscar um maior controle sobre a atividade, defendendo que a função do INP era de regulamentar e controlar os produtores e comerciantes da madeira na região, no artigo 1º do Decreto-Lei de sua criação consta que o Instituto se constitui enquanto “órgão oficial dos interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho”. Sua organização apresentava vários departamentos distribuídos hierarquicamente, com atribuições definidas, como se pode observar no Organograma da Figura 2:

Figura 02 - Organograma do INP.



Fonte: WENTZ, Liliane I. M., 2004, p. 123.

A criação do Instituto tinha a nítida intenção de fomentar a atividade madeireira, representando nesse sentido a defesa dos interesses do setor, num contexto em que o governo também buscava expandir a indústria no país. Tal perspectiva pode ser observada no artigo 2º do Decreto, no qual se definiam as atribuições, competências legais e fins do Instituto Nacional do Pinho, os quais foram assim deliberados:

-
- I - coordenar e superintender os trabalhos relativos à defesa da produção do pinho;
 - II - promover o fomento do seu comércio no interior e exterior do País;
 - III - contribuir para o reflorestamento nas zonas de produção do pinho;
 - IV - promover os meios de satisfazer os produtores, industriais e exportadores quanto às necessidades de crédito e financiamento;
 - V - manter, em colaboração com o Ministério da Agricultura, a padronização e a classificação oficial do pinho;
 - VI - fixar pregos mínimos; estabelecer quotas de produção e de exportação;
 - VII - organizar o registro obrigatório dos produtores, industriais e exportadores;
 - VIII - providenciar sobre a construção, em locais adequados, de usinas de secagem e armazéns para depósito de madeiras;
 - IX - regular a instalação de novas serrarias, fábricas de caixas e de beneficiamento de madeira;
 - X - promover a criação de órgãos industriais autônomos para a exploração de indústrias derivadas da madeira;
 - XI - manter um serviço de estatística e informações;
 - XII - fiscalizar a execução das medidas e resoluções tomadas, punindo os infratores de acordo com as penalidades que forem fixadas no regulamento do Instituto Nacional do Pinho (INP);
 - XIII - instituir e organizar os demais serviços necessários à realização dos seus objetivos.

O artigo citado, em seu primeiro inciso, estabelecia o cuidado para com o controle e defesa da produção do pinho. Um documento de 1942, emitido pela Diretoria Regional do INP de Santa Catarina, localizada em Joinville, atesta que de alguma forma o Instituto procurou desempenhar esse papel. Respondendo a uma consulta telegráfica, o Secretário-Geral alertava que: “a serraria do Sr. Helmuth Riese consta em nossos livros, mas com direito de serrar exclusivamente madeiras de lei e outras espécies florestais fora o pinho” (DIRETORIA REGIONAL INP, Joinville, 3/06/1942).

Na prática o Instituto não teve o intuito de coibir a extração da madeira, mas de organizar e assegurar as relações de câmbio e fiscalização que até então o Estado Federal não tinha controle. Essa situação também dizia respeito à região do Alto Uruguai, tendo em vista

que este rio se constituía no meio de escoamento da madeira para os países platinos.

Acerca dos propósitos do INP, Carvalho pondera que:

Ao contrário do que se possa pensar inicialmente, o INP não foi criado como resultado de mais uma política intervencionista na economia do governo Vargas, mas de um projeto a princípio bem elaborado e consciente do Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeira do Paraná. [...] Analisando a história do INP com os olhos do presente fica evidente que defender os interesses madeireiros implicou em aprofundar e facilitar os meios que os madeireiros necessitavam para devastar e enriquecer com a floresta com araucária. Na prática, nem mesmo aos madeireiros o INP conseguia agradar, sendo constantemente acusado de ineficiente pelas imprensas locais (CARVALHO, 2010, p. 173 e 178).

A criação do Instituto demonstra o significado econômico que a atividade madeireira possuía, chegando a ser a principal fonte de riqueza em diversas áreas do sul do país. Nessa perspectiva, se atribuía ao Instituto o incremento e a promoção do desenvolvimento da atividade madeireira e do seu respectivo comércio no interior e no exterior do país. A comercialização com os países platinos foi destino final de grande quantidade de madeira extraída no Oeste catarinense.

Entre as atribuições legais delegadas ao Instituto Nacional do Pinho, destaca-se ainda o poder do órgão de “fixar preços mínimos, estabelecer quotas de produção e exportação”. Entretanto, julga-se oportuno salientar que sobre as quotas de produção e de exportação do pinho, conforme destaca Bellani (1991, p. 130) “o INSPINHO⁸, através da Resolução de Nº. 60, de 11 de junho de 1947, permitira às serrarias um aumento na ordem de 50% na produção autorizada, anterior ao ano de 1946”.

Ainda em relação ao Artigo 2 do Decreto de criação do INP, em seu inciso VII, no que diz respeito à regulamentação das serrarias, fábricas, indústria e exportadores, assinala que caberia ao Instituto organizar o registro obrigatório dos produtores e regular a instalação de novas serrarias e fábricas de caixas de beneficiamento de madeiras. A burocracia e o poder institucional de impô-la constituem-se como um

8 A denominação INSPINHO, para designar o INP, tornou-se usual até mesmo entre autoridades oficiais.

dos instrumentos mais eficazes no controle do Estado. A exigência do cadastramento e a obediência aos pré-requisitos formais para exercer a atividade produtiva e comercial, foram mecanismos de que o Estado se utilizou para tentar exercer esse controle. Todos os que não seguissem os critérios ou que não se enquadrassem naquelas exigências estavam fora do sistema e deveriam, portanto, deixar a atividade ou então serem multados e punidos pelos órgãos de fiscalização do Estado.

Em 1949, oito anos após a criação do Instituto, foi produzida uma relação de serrarias do município de Chapecó, emitida pelo Serviço do Rio Uruguai, vinculado ao INP e remetida ao Agente Florestal da cidade. O documento traz, em ordem alfabética, a relação dos proprietários das serrarias/madeireiras e as suas respectivas localizações de linha e/ou vilas. Consta nesta relação o número de registro de credenciamento junto ao Instituto, o qual legitimava a operação das serrarias. Na relação aparece o expressivo número de cento e doze serrarias credenciadas em Chapecó. É bastante provável que este número fosse ainda maior, pois poderiam existir serrarias em atividade, sem terem o credenciamento junto ao INP.

Figura 03 - Pequena Serraria - Oeste Catarinense década de 1940.



Fonte: Acervo do CEOM/UNOCHAPECÓ

Tanto a instalação de novas serrarias como o funcionamento daquelas que já estavam instaladas antes da criação do Instituto Nacional do Pinho deveriam passar pelo credenciamento do órgão Federal e seguir as normas e resoluções estabelecidas. Com isso, o Instituto buscava ter certo controle da produção da madeira nas serrarias, pelo menos naquelas que estivessem legalmente credenciadas. Isso se observa no comunicado do chefe dos Serviços do Rio Uruguai, feito através do Jornal “A Voz de Chapecó”, acerca da necessidade de retirada das Guias de Produção:

Outrossim, avisa que as firmas acima relacionadas são possuidoras de Guias de Produção a disposição em nosso escritório, cujas Guias deverão ser procuradas até o dia 30 do corrente, para não serem recolhidas a Delegacia regional de Santa Catarina, em Joinville, para efeito de redistribuição (A VOZ, 1949).

A organização do INP, conforme se previa na sua criação, estabeleceu que fosse constituída por três divisões: a) Junta Deliberativa; b) Presidência do Instituto; e c) Diretorias Regionais. A Junta Deliberativa era constituída pelo Presidente do Instituto, por um representante do Governo Estadual e outro dos produtores, industriais e exportadores de pinho, de cada um dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo seu presidente nomeado pelo governo federal. Quanto às atribuições outorgadas à Junta Deliberativa, o Art. 6º define que cabia à mesma “deliberar sobre as medidas tendentes a estabelecer equilíbrio entre a produção e o consumo do pinho”. Tal atribuição é evidenciada em publicações sobre o INP, como se observa no jornal “A Voz de Chapecó”, no ano de 1948:

A Junta Deliberativa do INP, na sua última reunião, considerando que vem verificando um constante saldo, não utilizado, na distribuição de guias de produção de madeira serrada de pinho sendo conveniente distribuir esse saldo pelos industriais que desejam aumentar a sua produção, sem sacrifício do volume total da produção autorizada a cada Estado, adotou a seguinte resolução: - A Presidência do INP adotará medidas no sentido de redistribuir as quotas de produção não utilizadas aos industriais que desejarem aumentar a sua produção, transportando-o por estrada de rodagem, via fluvial, ou por estrada de ferro onde não houver atraso no fornecimento de vagões (A VOZ, 1948).

Percebe-se que o INP, mesmo havendo prerrogativas pré-definidas em seus atos de criação, na medida em que surgiam as demandas, foi redefinindo suas práticas e ações. Neste caso em particular, observa-se a concessão e redistribuição de guias de produção, como se ilustra pela figura a seguir.

Figura 4 - Guia de produção e exportação de madeira.

Série LAR

1.ª VIA

1uk*

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
INSTITUTO NACIONAL DO FUMO
DELEGACIA REGIONAL DE SANTA CATARINA

GUIA Nº 2306

Fica autorizada a firma a produzir e embarcar a madeira de conformidade com as especificações desta GUIA.

Controlado nº 51 Firma: EMP. COL. ERNESTO F. BERTASO Local e Município: CHAPECÓ Forma de embarque: FLUVIAL Espécie Florestal: LEI E QUALIDADE	Volume autorizado em TONELADAS 300 (duzentos) metros cúbicos	Produção de mês AGOSTO de 1955 Válido até JULHO de 1956
---	--	--

Entregue para a Agência do INP em
Em 22/08/55
Assinatura

Assinatura: Pedro Felipe dos Santos
Depto. Fiscal

Data 1.ª via deverá acompanhar a mercadoria até o destino.

Fonte: Acervo do CEOM/UNOCHAPECÓ

A guia encaminhada pelo INP autorizava a firma Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso a produzir e exportar madeira em via fluvial, entre os anos de 1955 a 1956. Sem essas, os madeireiros não poderiam manufaturar a madeira. Elas também acompanhavam a mercadoria até seu destino final. No caso em que a madeira era escoada via rio Uruguai, as guias eram também apresentadas nos postos de fiscalização do INP, localizados em São Borja e/ou Uruguaiana no Rio Grande do Sul.

AS AÇÕES DO INP NO OESTE CATARINENSE

A Junta Deliberativa do INP criou o Serviço do Rio Uruguai, sediado na cidade de Chapecó, no intuito de controlar a comercialização

da madeira através do Rio. Entre outras atividades desenvolvia a classificação e medição da madeira. O jornal “A Voz de Chapecó” destaca acerca deste assunto que:

Como ficou deliberado pela Junta Deliberativa do INP, com a extinção da subdelegacia desta zona ficou criado, por conveniência da administração, o serviço do Rio Uruguai, com sede nesta cidade. Constituem, ainda, órgãos do SRU os Postos de Classificação e Medição e Agências situados ao longo do Rio Uruguai (A VOZ, 1948).

O INP manteve a sede oficial no Rio de Janeiro, capital da República, mas diante da significativa produção madeireira nos estados sulinos, entendia cabível a criação das Diretorias Regionais (DR), sendo implantadas uma em cada Estado da região. A comissão diretiva das DRs seria constituída pelo representante do respectivo governo estadual junto ao Instituto e por dois delegados da ‘classe madeireira’, indicados pelas entidades reconhecidas pelo Governo Federal, na forma da Constituição. Considerava-se relevante atribuição das Diretorias Regionais controlar os postos de classificação e fiscalização de madeiras, recolhendo as taxas cobradas, na forma estabelecida pelo Regulamento. Segundo Bellani (1991, p. 131) o Instituto, “para efeito de controle e fiscalização, atuava desde o Distrito Federal com cinco Delegacias Regionais: Distrito Federal, São Paulo, Curitiba, Joinville, Porto Alegre e vinte e sete postos de atendimento”.

Observa-se que havia preocupação quanto ao contrabando da madeira, não apenas na jurisdição que constituía o Órgão Federal, INP, mas notada também em discursos de dirigentes de entidades ligadas a toda indústria madeireira. Destaca-se a preocupação do Presidente do Instituto, o Sr. Pedro Sales dos Santos, em viagem ao oeste catarinense, ocasião em que acompanhava a visita do Governador Irineu Bornhausen e sua comitiva, dos dias 20 a 27 de novembro de 1951, ao salientar:

Ainda particularmente, como Presidente do INP, constatei que a inspeção realizada, pelo Chefe do Executivo catarinense em companhia de autoridades outras, visou entrosar a atuação conjunta no exercício de uma vigorosa vigilância sobre a linha da fronteira, com o objetivo de reprimir o contrabando de madeiras, bem assim de sementes de pinhão. (SILVA, 1952, p. 50).

A preocupação com contrabando da madeira era evidenciada em vários discursos das autoridades ligadas à exploração do pinho. Em particular na região do Alto Uruguai, onde a madeira era comercializada através do Rio, havia grande dificuldade em manter o controle fiscal desta atividade, como demonstra o jornal “A Voz de Chapecó”:

Este importante município do Oeste catarinense foi apresentado como foco de contrabando de madeiras, que vão como matéria prima alimentar e incrementar a indústria de compensados e laminados da República Argentina, em detrimento da similar brasileira (A VOZ, 18/07/1948).

Salientava-se que, além desta prática acarretar sonegação fiscal e conseqüentemente prejuízos à “classe madeireira”⁹ e ao próprio Governo, o contrabando poderia difamar a imagem deste município. Preocupações dessa natureza foram evidenciadas na expedição realizada pelo Governador, ao oeste de Santa Catarina, por Zedar Perfeito da Silva, integrante da comitiva, incumbido de produzir registros referentes à viagem. Naquele período, a comercialização clandestina da semente do pinho passou a preocupar certas autoridades. Nos Decretos-lei de criação e reorganização do INP não havia referências acerca disso, mas a preocupação foi demonstrada pelo presidente do Instituto, Pedro Sales dos Santos, em 1951, destacando que:

Esse comércio marginal passou a ser encorajado com a proibição da exportação da madeira verificada em 1946 e cujos maléficos resultados ainda hoje se fazem sentir sobre a economia madeireira. Ultimamente têm os jornais da capital e dos estados se referido ao aproveitamento de sementes de pinho para plantio intensivo em território argentino. (SILVA, 1952, p. 51)

Em que pese tal preocupação, salienta Silva (1952, p. 51) que o próprio Pedro Sales argumenta não existir nenhum dispositivo legal proibindo a saída das sementes, a não ser o controle exercido pela Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, a qual se restringiria a examinar o estado de sanidade das referidas sementes. No entanto, faz-se outras considerações que confirmavam a preocupação das autoridades no que tange à vigilância fiscal:

9 “Classe madeireira” era uma denominação muito comum nos documentos/jornais da época para designar os empresários que estavam à frente do processo de extração e comercialização da madeira.

Em todos os setores onde a vida é aventureira, a administração deve munir-se de elementos capazes de neutralizar a burla e a fraude, por isso o Instituto Nacional do Pinho, depois de fornecer as guias e arrecadar as taxas, orienta e fiscaliza a formação de balsas, e nas enchentes, auxilia a catação das madeiras, fiscalizando novamente as balsas no baixo Uruguai por ocasião da legalização dos papéis, em Uruguaiana e São Borja (SILVA. 1952, p. 53).

A criação do Instituto Nacional do Pinho, entre outros aspectos, evidenciava a preocupação do Governo Federal em implantar um sistema de arrecadação tributária sobre a madeira exportada. No capítulo VI do Decreto-lei, onde se refere aos fundos do Instituto, trata da instituição de uma taxa a ser paga por metro cúbico de madeira de pinho e outras, assim especificadas:

Ficam criadas as seguintes taxas variáveis para o custeio das despesas com a manutenção dos serviços do Instituto. a) até 2\$0 por metro cúbico de pinho serrado; b) até 3\$0 por metro cúbico de pinho beneficiado; c) até 5\$0 por metro cúbico de toros de pinho; d) até 5\$0 por metro cúbico de outras espécies florestais. Salienta-se que a arrecadação destas taxas será feita diretamente pelo Instituto ou, mediante acordo, pelos governos estaduais e empresas de transporte.

A arrecadação destas taxas era revertida para a manutenção do funcionamento operacional do Instituto, bem como para manter o funcionamento da atividade madeireira, como era o caso do reflorestamento e financiamentos ao extrativismo do pinho. Hermínio Tissiani, em seu discurso de posse como Presidente do INP em 1961, salienta que o órgão tinha diversas limitações:

Sabendo que o Instituto Nacional do Pinho é mantido pela cobrança de taxas sobre a produção de madeira, é fácil de calcular quão minguados são os recursos de que dispõe a Autarquia para realizar o seu programa no campo de reflorestamento. Não obstante, através de uma drástica contenção de despesas com pessoal (25%); com material (15%); com a constituição de um Fundo de Financiamento (20%) da sua arrecadação bruta, são reservados 40% para aplicação em trabalhos de reflorestamento (TISSIANI, 2000).

No que tange à função do INP e ao destino dos recursos que ele geria para fins específicos, uma matéria do jornal “O Imparcial”

intitulada “Marmeladas no Instituto do Pinho: negociatas e roubo grosso” evidencia a perspectiva patrimonialista do uso de tais recursos por particulares ou para atender interesses do próprio Instituto, como se observa:

O dinheiro arrecadado pelo INP destina-se exclusivamente ao financiamento dos produtores e comerciantes de madeira, mas como tais financiamentos não foram efetuados teria de ser explicado o destino do dinheiro. E foi, negociatas, proteções, grandes comissões, em suma, roubo. [...] Os cargos criados sem necessidade ocupariam toda uma página de jornal. Outra ‘marmelada’ de Gualberto era depositar dinheiro do Instituto em bancos particulares (O IMPARCIAL, 1951).

Em que pese suas limitações e contradições, o INP contribuiu para fomentar a expansão da atividade madeireira nos três Estados sulinos e em particular no oeste catarinense. Tal atividade econômica interferiu profundamente na reconfiguração do espaço na região.

O INP E O REDESENHO DO ESPAÇO REGIONAL

No início do século XX o Oeste catarinense, com suas florestas imponentes, era visto como um “sertão verde”. A grande riqueza natural, composta de araucária e de várias outras madeiras nobres, constituía um vasto manto verde em boa parte da região. O avanço do processo de colonização fomentou o extrativismo da madeira e, paralelo a essa atividade, favoreceu a formação de muitas vilas em toda a região, que posteriormente se constituíram nas sedes de municípios. Parte da sociedade regional gravitou em torno da dependência econômica do capital madeireiro, tendo em vista a intensificação dessa atividade em meados do século.

No entanto, a criação do Instituto Nacional do Pinho também tinha como fim promover políticas e providências no sentido de atenuar os efeitos de uma crise que inevitavelmente se abateria sobre o setor. Esta crise era iminente diante da perspectiva de paralisação ou inviabilização da indústria madeireira no Sul do país, devido ao risco de esgotamento da matéria prima, em face à finitude das reservas.

Estudos realizados pelo INP e publicados em 1951 no Anuário Brasileiro de Economia Florestal destacam o número de pinheiros

existente no estado de Santa Catarina e seu diâmetro, conforme se evidencia na Tabela 1:

Tabela 1 - Pinheiros em Santa Catarina, 1951. Levantamento do INP.

Município	Diâmetro de 20 a 40 cm	Diâmetro acima de 40 cm
Bom Retiro	2.323.000	843.000
Campos Novos	5.411.000	3.008.000
Caçador	84.000	6.324.000
Curitibanos	2.186.000	6.324.000
Lages	16.981.000	9.324.000
São Joaquim	6.989.000	4.341.000
Chapecó	833.638	4.684.911
Joaçaba	433.200	1.037.600
Canoinhas	308.600	563.600
Total	37.556.938	34.218.511

Fonte: Adaptado de EDUARDO, 1974, p. 90.

A partir destes dados levantados pelo INP, percebe-se que embora alguns municípios do Estado possuísem um grande potencial madeireiro, outros viam suas reservas de pinheiro bastante diminuídas, como era o caso de Chapecó, cujo território na época compreendia a praticamente todo o atual Oeste catarinense. A partir de meados do século XX, o extrativismo da madeira foi gradativamente se exaurindo na região, muito em função do esgotamento das reservas naturais como destaca Goularti Filho (2002), ao afirmar que:

No oeste do estado, com as quedas das exportações e o esgotamento das reservas, sem o devido reflorestamento, as atividades madeireiras entram em declínio a partir dos anos 50. O declínio no oeste não significou uma queda na produção estadual, pois foi justamente nessa época em que o planalto serrano começa a viver sua fase áurea (GOULARTI Fº, 2002, p. 144-145).

No que se refere ao reflorestamento, o Art.15 do Decreto Lei da criação do INP destaca que: “o Instituto contribuirá para o reflorestamento, com replantio das espécies determinadas pelos técnicos do Ministério da Agricultura, em terras adquiridas para esse fim, ou

coadjuvando iniciativas particulares, na forma que for estabelecida pelo regulamento”. Essa preocupação com o reflorestamento se ligava à criação das condições para a continuidade da atividade na região. No entanto, prevalecia o espírito predatório, que de acordo com o jornal *A Voz de Chapecó*; em matéria com manchete “O PROBLEMA FLORESTAL”, destacava-se que:

A questão florestal em nossa terra é um típico caso difícil de solucionar, porque não temos formada uma mentalidade florestal construtiva e consciente. Pouco se nos interessam as árvores o valor de nossas florestas são apreciadas somente através de números e cruzeiros, traduzidos em dúzias de tabuas e metros de lenha (*A VOZ*, 1950).

Sobre a atuação efetiva do INP, tampouco se pode afirmar que ele aplicou políticas convincentes que possibilitassem salvaguardar as florestas e a atividade madeireira no Sul do país. Tal postura é evidenciada por Carvalho (2010), ao afirma que:

Apesar da menção ao reflorestamento e à educação florestal não podemos considerar o INP como um órgão de proteção ambiental da maneira como entenderíamos hoje, mas uma instituição fundamentalmente criada para desenvolver e promover a indústria madeireira, pois o reflorestamento e a educação florestal visavam à própria perpetuação e crescimento econômico do setor (CARVALHO, 2010, p. 177).

Sobre a questão do reflorestamento, Hermínio Tissiani (2000) salienta em seu discurso de posse no Instituto, em 1961, que o INP iniciara sua tarefa no campo de reflorestamento das espécies economicamente exploráveis “tateando no escuro” e que “nada havia sido feito anteriormente”.

Decidi, desde o primeiro instante, tornar o reflorestamento a ‘meta número um’ do meu programa de ação. Passei a rever o acervo de experiências já recorrido pelas administrações anteriores, para continuar a seguir a trilha do que me apareceu aconselhável e corrigir o estilo de tudo aquilo que as falhas ocorridas assim apontavam. (TISSIANI, 2000)

De fato, uma das políticas de reflorestamento implantadas na gestão de Tissiani, em 1961, foi a criação do Parque Florestal João Goulart, o qual em 1968 passou a se chamar de Floresta Nacional de

Chapecó (FLONA Chapecó) pela Portaria nº 560/68. A criação do Parque Florestal remete à preocupação no sentido de subsidiar a continuidade da atividade madeireira e de desenvolver estudos na região. O parque foi descrito no Plano de Manejo da Floresta, documento elaborado em 2013 pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, no qual se afirma que:

A área da Floresta Nacional de Chapecó foi adquirida em 1961, sendo o último dos Parques Florestais criado pelo Instituto Nacional do Pinho (INP) na região de ocorrência natural do pinheiro. A Unidade foi destinada ao plantio de Araucária angustifolia com o objetivo de estudar seu crescimento e comportamento, sob diferentes condições silviculturais, mas, também à implantação de espécies exóticas como o *Pinus Elliottii* e o *Pinus Taeda* (INSTITUTO, 2013, p. 30).

A Floresta Nacional de Chapecó é uma das heranças deixadas pelo INP e foi criada numa área de aproximadamente mil e quinhentos hectares. A área está localizada nos atuais municípios de Chapecó e de Guatambu.

Sobre a exigência de criação dos parques florestais do Instituto, conforme Carvalho (2010, p. 181), os mesmos não se desenvolveram conforme esperado em função de condições climáticas desfavoráveis ou artificiais dos reflorestamentos. Acrescenta, ainda, que “considerando essa questão em outra perspectiva, não devemos nos impressionar muito com esses números de árvores, pois a área dos parques do INP representava menos de 0,1% da cobertura florestal do ecossistema até o século XIX”.

Já em relação à mudança do uso da araucária para o pinus, para efeito de reflorestamento, salienta o mesmo autor que ela não teria ocorrido por modificação de mentalidade, mas a partir da combinação de fatores ambientais e socioeconômicos, como tentativa de resposta aos novos desafios que foram se colocando. Conclui afirmando que:

No caso da utilização em larga escala do pinus, isso deve ser entendido não apenas como um contínuo na política essencialmente produtivista e voltada para a indústria madeireira do INP e do IBDF, mas também reconhecida como fundamental para esse processo as características biológicas particulares de umas poucas espécies desse gênero de árvores, que permitiram a sobrevivência da indústria madeireira sulina sem que

esta tivesse que se responsabilizar pela reposição das araucárias devastadas (CARVALHO, 2010, p. 280).

O Instituto Nacional do Pinho se fundiu com outros dois órgãos federais, o Instituto Nacional do Mate e do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, e deles surgiu, em 1967, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Já em 1989 aconteceu a fusão de órgãos da área, o IBDF com três outras Instituições Federais, dando origem ao atual Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).

O fim da figura do INP não significou o fim da extração e comercialização da madeira no Oeste catarinense. No entanto, a atividade foi gradativamente sendo reduzida em virtude da diminuição das reservas de madeiras. Tal situação provocou a migração de empresários da madeira para outros ramos de negócio na região, como foi o caso de Herminio Tissiani, dono de madeireiras em Passo Bormann e no município de Guatambu do Sul, o qual também foi presidente do INP nos anos 60, e que outubro de 1967, figurou como fundador da Cooperativa Agropastoril de Chapecó Ltda. (Cooper Chapecó). Esta Cooperativa incorporou a Cooper Xaxiense e se tornou a Cooperalfa, em 1974. Na mesma perspectiva, cita-se Vitório Cella, que possuía uma madeireira no município de Coronel Freitas, e seus filhos Giocondo, Chisto, Pedro Giordano e Orlando Jacob, também madeireiros, e que aparecem como fundadores da Cooperativa. Outro caso é o de Plínio de Nês, proprietário de três madeireiras em Faxinal dos Guedes e que a partir dos anos de 1960 também passa a atuar no ramo de frigoríficos e na política. De Nês se destacou como empresário e primeiro presidente da Cooperativa de Consumo Chapecó Ltda., em 1960, presidente do conselho de Administração da Chapecó Alimentos, de 1988 a 1991 e, como político, foi prefeito de Chapecó entre 1956 a 1960; deputado estadual de 1962 a 1966; Secretário de Estado da Secretaria de Negócios do Oeste, entre 1969 a 1975.

Isso evidencia que a atividade madeireira na região oeste catarinense favoreceu o surgimento de lideranças políticas e principalmente empresariais. Assim como os citados, outros personagens da indústria da madeira, a partir do declínio da atividade, migraram para novos ramos, em variadas frentes de negócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do Instituto Nacional do Pinho na região oeste catarinense, entre 1941 a 1967, insere-se no contexto de exploração da madeira, em especial a araucária, atividade corrente nos estados do sul do Brasil. Essa atividade se desenvolveu concomitante ao processo de colonização da região, impulsionada também pela publicidade de venda de terras, as quais eram descritas como tendo “enormes recursos florestais”. Inicialmente a exploração da madeira se constituiu em meio de sobrevivência ou de acumulação de capital para vários migrantes. Tal fato pode ser ilustrado pela exportação da madeira por balsas, ainda na década de 1920, possibilitada pelas cheias do rio Uruguai, ocasiões em que se escoava o produto aos países platinos, especialmente ao mercado argentino. Portanto, o extrativismo da madeira, assim como sua comercialização para o mercado externo se iniciara antes da criação do INP.

A atividade madeireira, em geral, foi desenvolvida sem ter nenhum controle ou política fiscal que a regulasse. A criação do Instituto Nacional do Pinho pretendeu modificar essa situação, tendo em vista que o órgão era incumbido de disciplinar a exploração e administração a atividade madeireira nos estados sulinos. Atribuições que apontam para essa direção aparecem no Decreto-Lei nº 3.124, de 19 de março de 1941. No oeste catarinense, o Instituto era responsável pelo credenciamento das serrarias e fornecia as guias de produção, documento que facilitava especialmente a comercialização da madeira. Isso permitia algum controle dos tributários, pela cobrança de impostos sobre a exportação da madeira, mesmo que não impedisse o seu contrabando. Foi limitado o poder do Instituto sobre o setor madeireiro. Da sua atuação o que ficou como marca até a atualidade foi a criação da Floresta Nacional de Chapecó, que constituiu o último Parque Florestal criado pelo Instituto Nacional do Pinho.

O intuito deste texto foi o de contextualizar a atuação do INP no Oeste catarinense. Entende-se que uma compreensão mais profunda do seu papel requer a continuidade da pesquisa, incluindo novas fontes, a fim de esclarecer outras questões não abordadas neste trabalho. Entre elas destaca-se: até que ponto a criação do INP regulou, de fato,

a ação do setor madeireiro na região? Qual foi o impacto ambiental provocado pelo extrativismo madeireiro? Quais as ações ambientais que foram efetivamente implantadas pelo INP na região? Quais os setores produtivos que mais se beneficiaram com o capital proveniente do extrativismo madeireiro?

Existem muitos outros documentos a serem pesquisados: documentos públicos, especialmente no Arquivo do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, o Arquivo Imperial, no Rio de Janeiro, documentos existentes no Museu Histórico de Joinville, no Museu do Rio Uruguai em Uruguaiana-RS, jornais do período, entre outros.

REFERÊNCIAS

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai**. Dissertação. (História) Florianópolis: UFSC, 1991.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma empresa em meio a floresta: a história da devastação da floresta com a araucária e a *Southern Brazil Lumber and Colonization* (1870-1970)**. Tese (História). Florianópolis: UFSC, 2010.

CÉRRI, L. F. Regionalismo e ensino de História. In: BITENCOURT, C. M. (Org.). **Anais do 2º Encontro Perspectivas do Ensino de História**. São Paulo: FEUSP, 1996.

COSTA, Silvano Silveira da. **Arqueologia no alto Uruguai: a foz do Chapecó**. Dissertação. (História) São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.

D'ÊÇA, Othon. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: FCC, Fundação Banco do Brasil, UFSC, 1992.

EDUARDO, Rosemari Pozzi. **A madeira em Santa Catarina: 1930-1972**. 1974. Dissertação de Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 1974.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HUECK, Kurt. **As florestas da América do Sul: ecologia, composição e importância econômica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1972.

INSTITUTO CHICO MENDES de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo:** Floresta Nacional de Chapecó, SC. Vol. I Diagnóstico. Florianópolis, 2013.

SALINI, Ademir Miguel; ONGHERO, André Luiz. Extração e comércio da madeira no Oeste de Santa Catarina - Brasil. **Revista de Antropología del Museo de Entre Ríos.** v. 1 n. 2, p. 103-108, 2015.

SILVA, Zedar Perfeito da. **Chapecó e Joaçaba.** Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1952.

TISSIANI, Ana Luiza. **Experiências, dificuldade e sonhos:** a história de vida de Hermínio Tissiani. (Monografia) Chapecó: Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2000.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil:** a instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906-1916). Tese. (História). Porto Alegre: PUCRS, 2009.

WENTZ, Liliane Irma Mattje. **Os caminhos da madeira:** região norte do Rio Grande do Sul (1902 – 1950). Passo Fundo: UPF. 2004.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense:** a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

JORNAIS

A Voz de Chapecó. Chapecó. Anos de 1939 a 1953. Vol. I, II, III, V e VI. Acervo CEOM/UNOCHAPECÓ.

Correio Riograndense. **Odisseia dos balseiros.** Caxias do Sul, 8/11/1995, ano 87, n. 4.451.

Folha do Oeste. Chapecó. Anos 1950 e 1966. Acervo CEOM/UNOCHAPECÓ.

Staffetta Riograndense, Caxias do Sul. Acervo do Jornal.

O Imparcial. Chapecó. Ano 1951. Vol. X. Acervo CEOM/UNOCHAPECÓ.

OUTRAS FONTES (ACERVO CEOM/UNOCHAPECÓ)

Telegrama expedido pela Prefeitura Municipal de Chapecó ao governador do Estado de Santa Catarina. (1935).

Ofício do Instituto Nacional do Pinho através da Diretoria regional de Joinville em resposta ao telegrama emitido pelo Agente Florestal de Chapecó. (1942).

Boletín Brasileño. (1962).

Ofício expedido pela Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA. ao Exmo. Sr. Senador Nereu Ramos. (1948).

Memorial da Cooperativa Madeireira no Vale do Uruguai LTDA. ao Sr. Dr. Virgílio Gualberto, Presidente do Instituto Nacional do Pinho. (1948).

Boletim do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de Santa Catarina - IBGE-SC. (1941).

Processos Cíveis. Fundo: Comarca de Chapecó. (1952).